



Vanessa Mutti de Carvalho Miranda

VIII ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA
EDUCAÇÃO BÁSICA

GT - 16

Culturas Juvenis na Escola

ASSÉDIO SEXUAL NO IFBA: ATIVISMO DIGITAL, AGÊNCIA
ESTUDANTIL E RESPOSTAS INSTITUCIONAIS

Salvador, Bahia

2025



ASSÉDIO SEXUAL NO IFBA: ATIVISMO DIGITAL, AGÊNCIA ESTUDANTIL E RESPOSTAS INSTITUCIONAIS

Vanessa Mutti de Carvalho Miranda ¹

RESUMO

Este artigo analisa o papel da agência das estudantes na mobilização contra o assédio sexual durante a pandemia da Covid-19 e como suas denúncias resultaram em mudanças na reitoria e na criação de políticas institucionais para prevenção e combate ao assédio. Através de uma abordagem qualitativa e analítica, examina-se como o ativismo estudantil pressiona as instituições de ensino a responderem a questões de gênero e segurança. O estudo baseia-se em análises de relatos de denúncias feitas em redes sociais durante a pandemia, bem como nas interações entre estudantes e membros da gestão acadêmica, buscando compreender o impacto dessas ações na formulação de políticas institucionais. A pesquisa evidencia como as vozes das vítimas, muitas vezes silenciadas por uma cultura de medo, emergem como agentes de transformação no contexto acadêmico, gerando mudanças estruturais e políticas públicas dentro das instituições educacionais.

Palavras-chave: Assédio sexual; Agência; Ativismo digital, Pandemia; Políticas institucionais.

CONTEXTO HISTÓRICO E INSTITUCIONAL DO ASSÉDIO NO IFBA

Este artigo analisa as dinâmicas do assédio sexual no Instituto Federal da Bahia (IFBA), com especial atenção às percepções das estudantes sobre essas violências nos espaços acadêmicos. A questão do assédio sexual nas instituições de ensino, especialmente no contexto brasileiro, tem ganhado visibilidade nos últimos anos, com destaque para o papel das estudantes na mobilização contra essas violências e na pressão por mudanças institucionais. Este estudo se propõe a explorar como a agência dessas estudantes, particularmente em momentos de crise, como a pandemia de Covid-19, contribui para transformar a cultura institucional e exigir a criação de políticas públicas para prevenção e enfrentamento do assédio².

Neste recorte da pesquisa, analiso, por meio da perspectiva da análise de conteúdo, a live "Roda de Conversa sobre Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual no IFBA" (07/07/2021), que compreendo como um marco institucional nas respostas ao assédio sexual na

¹ Docente do Instituto Federal de Educação da Bahia (IFBA), doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mulher cisgênero, branca. Resido em Salvador/BA. E-mail: vanessamutti@hotmail.com.

² Pesquisa de doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA, sem financiamento externo.

instituição. O objetivo central deste artigo é examinar como esse evento sintetiza tanto as demandas estudantis quanto as estratégias discursivas da administração frente à pressão externa da sociedade e das redes sociais. A gênese desse processo remonta às denúncias organizadas por estudantes, em sua maioria mulheres e meninas, nas redes sociais durante a pandemia. Ao longo da pesquisa, analiso como as plataformas digitais se tornaram espaços cruciais para a exposição de casos antes silenciados, evidenciando a importância dessas ferramentas no fortalecimento da voz estudantil e na luta contra o machismo institucional. Perfis como @ifba_relatos e @ExposedIfba, criados e mantidos predominantemente por alunas, amplificaram vozes femininas marginalizadas e revelaram os mecanismos patriarcais que forçaram a instituição a enfrentar este problema histórico.

Esse contexto de pressão externa, alimentado pela visibilidade proporcionada pelas redes sociais, ajuda a compreender a realização da live de julho de 2021. O evento, embora institucional, respondia diretamente à comoção pública gerada nas plataformas digitais. A análise desse evento tem como objetivo identificar como o IFBA negociou discursivamente suas políticas de enfrentamento ao assédio, em um momento de crise de legitimidade, e como a instituição tratou das demandas emergentes sem abrir mão de sua autoridade institucional.

Para situar historicamente esse conflito, recorro à pesquisa de Sônia Maria de Souza Brito (2018), que analisa o IFBA (antiga Escola Técnica Federal da Bahia – ETFBA) e revela como a instituição, desde os anos 1970, perpetuou estruturas machistas, relegando as mulheres a espaços secundários, especialmente na docência dos cursos técnicos. Esse contexto histórico ajuda a compreender que as denúncias de assédio sexual na instituição não são casos isolados, mas sim reflexos de uma cultura institucional profundamente enraizada no machismo estrutural. Também recorro ao estudo de Naiaranize Pinheiro da Silva (2009), sobre o movimento estudantil no IFBA entre 1979 e 1989, que destaca como as estudantes sempre ressignificaram espaços institucionais para fins políticos. Esse padrão se repete, de maneira adaptada às novas ferramentas digitais, com a apropriação de redes sociais pelas estudantes durante a pandemia, transformando-as em instrumentos de mobilização contra o assédio.

A análise da live aqui apresentada busca decifrar não apenas seu conteúdo explícito, mas também suas omissões, estratégias de enquadramento do debate e as tensões entre a administração e o movimento estudantil. Entendo o evento como um discurso institucional que, embora tenha apresentado avanços, revelou também as tensões não resolvidas entre a administração do IFBA e as exigências das estudantes, que pressionaram a instituição a adotar uma postura mais contundente no enfrentamento do assédio sexual no ambiente acadêmico.



FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: GÊNERO, PODER E ASSÉDIO

A mobilização estudantil contra o assédio no IFBA pode ser compreendida à luz da teoria dos movimentos sociais proposta por Maria da Glória Gohn (2019). Para a autora, movimentos sociais constituem "ações coletivas de caráter socio-político e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas" (2019, p.13). Especificamente, este caso enquadra-se na categoria de movimentos sociais progressistas, que se caracterizam por: (1) possuir uma agenda emancipatória voltada para a transformação de estruturas opressoras; (2) elaborar um diagnóstico crítico da realidade social; (3) atuar em redes colaborativas; e (4) promover o empoderamento dos atores envolvidos. No contexto do IFBA, essas características se manifestaram na mobilização liderada predominantemente por estudantes mulheres, que utilizaram redes sociais para denúncia, construíram narrativas coletivas sobre o assédio sexual e pressionaram por mudanças institucionais.

A natureza progressista desse movimento feminista evidencia-se ainda mais quando contrastada com movimentos conservadores, que segundo Gohn (2019) tendem a reforçar hierarquias sociais existentes. Ao organizarem espaços de acolhimento e canais de denúncia alternativos, as estudantes do IFBA não apenas contestaram uma cultura institucional machista - historicamente documentada por Brito (2013) - mas também apresentaram propostas concretas para sua superação, como evidenciado nas políticas institucionais implementadas a partir de 2021.

O assédio sexual é uma das formas de violência de gênero resultante das hierarquias de poder entre os gêneros. A partir de uma abordagem estrutural e materialista, compreende-se que a dominação masculina não é um fenômeno isolado, mas sim parte de um processo contínuo de violências simbólicas e estruturais que perpassam diferentes esferas sociais. Nesse sentido, a literatura sobre assédio sexual em espaços acadêmicos evidencia suas dimensões estrutural e simbólica, demonstrando como essa violência se insere em um contexto mais amplo de desigualdade de gênero.

As primeiras teóricas a cunhar o conceito de assédio sexual foram feministas estadunidenses, que associaram essa prática à discriminação de gênero no ambiente de trabalho. Entre elas, destaca-se Catharine MacKinnon, que, em sua obra *Sexual Harassment of Working Women* (1979), conceitualizou o assédio sexual como uma forma de discriminação baseada no sexo e vinculada à desigualdade de poder no mercado de trabalho.

No Brasil, a legislação penal define assédio sexual no artigo 216-A do Código Penal como:



Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função. (BRASIL, 2001)

Essa definição, no entanto, é limitada, pois restringe o assédio sexual às relações hierárquicas no ambiente de trabalho, deixando de abarcar diversas práticas de conotação sexual que ocorrem em contextos acadêmicos e espaços públicos. Além disso, nem toda conduta de teor sexual configura um crime, o que exige uma distinção cuidadosa entre interações consensuais e situações de assédio. O conceito legal também não contempla as múltiplas nuances do assédio sexual, especialmente no que se refere às suas dimensões simbólicas e relacionais.

No âmbito sociológico, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) define assédio sexual como:

Conduta de conotação sexual praticada contra a vontade de alguém, sob forma verbal, não verbal ou física, manifestada por palavras, gestos, contatos físicos ou outros meios, com o efeito de perturbar ou constranger a pessoa, afetar a sua dignidade, ou de lhe criar um ambiente intimidativo, hostil, degradante, humilhante ou desestabilizador. (BRASIL, 2020)

Diante das limitações das definições legais e sociológicas existentes, proponho um conceito de assédio sexual fundamentado na análise dos estudos desenvolvidos no doutorado: O assédio sexual é uma conduta ou um conjunto de condutas de natureza lasciva, explícitas ou sutis, realizadas ou tentadas com o objetivo de obtenção de satisfação sexual, sem o consentimento da vítima, e que resultam em constrangimento, intimidação, humilhação ou coação. Diferente de uma interação consensual, essa prática se caracteriza pela imposição de um desejo unilateral em detrimento da autonomia e dignidade do outro, reduzindo-o a um objeto de satisfação sexual. Pode ocorrer em diferentes espaços sociais, incluindo ambientes acadêmicos, profissionais e públicos, e configura uma relação assimétrica de poder. Para além de uma manifestação individual, o assédio sexual é um fenômeno sustentado por hierarquias de gênero, violências simbólicas e relações sociais desiguais que naturalizam práticas de coerção e dominação.

Esse conceito amplia as abordagens tradicionais ao demonstrar que o assédio sexual transcende tanto as relações hierárquicas no trabalho (como prevê a legislação brasileira) quanto definições sociológicas restritas. Ao destacar suas dimensões estruturais, simbólicas e relacionais, revela-se um fenômeno que não se limita a atos isolados, mas reproduz e naturaliza desigualdades de gênero na sociedade.

Para uma análise crítica, é necessário inseri-lo em um modelo conceitual que articule essas três dimensões, entendendo-o como expressão de relações de poder enraizadas em estruturas institucionais e dinâmicas sociais mais amplas.

A dimensão estrutural do assédio sexual refere-se à forma como as instituições organizam e perpetuam hierarquias de poder que naturalizam a impunidade e o silenciamento das vítimas. Como argumenta Heleieth Iara Bongiovani Saffioti (2004), a violência de gênero é inerente às estruturas sociais que produzem e reproduzem a desigualdade entre os sexos, sustentada por mecanismos institucionais que reforçam assimetrias. No contexto acadêmico, essa dinâmica se materializa na sub-representação de mulheres em posições de poder; na carência de canais eficazes para denúncias; na revitimização de estudantes durante processos disciplinares e na cultura institucional que descredibiliza vítimas e protege agressores.

A dimensão simbólica do assédio sexual pode ser compreendida a partir da teoria da dominação masculina de Pierre Bourdieu (2001), que evidencia como a violência simbólica naturaliza hierarquias e legitima práticas de opressão, tornando o assédio um fenômeno frequentemente minimizado ou normalizado. Esse processo também está ligado à cultura do estupro, à culpabilização da vítima e ao descrédito das denúncias, muitas vezes consideradas exageradas ou irrelevantes pelos pares. Joan Scott (2019) contribui para essa perspectiva ao demonstrar que o gênero opera como uma categoria de poder que estrutura as interações sociais e influencia quais comportamentos são considerados aceitáveis ou reprováveis dentro de determinados contextos.

Por fim, a dimensão relacional do assédio sexual diz respeito às dinâmicas interpessoais e à forma como indivíduos interpretam e respondem a situações de violência de gênero. O interacionismo simbólico de Erving Goffman (2014) permite analisar como o assédio é percebido e gerenciado nas interações cotidianas, moldando as reações institucionais e sociais. Essa perspectiva demonstra como muitas vítimas internalizam o medo do julgamento social e da retaliação, o que contribui para a perpetuação da impunidade.

No contexto do IFBA, essas três dimensões do assédio sexual - estrutural, simbólica e relacional - estiveram presentes na mobilização estudantil analisada neste estudo. Entretanto, a mobilização não pode ser compreendida apenas a partir das estruturas que condicionam o assédio sexual, mas também pelas ações dos sujeitos que desafiam essas estruturas. A agência das estudantes diante do assédio sexual pode ser compreendida a partir da relação entre agência e reflexividade, conforme discutido por Margaret Scotford Archer (2000). A autora argumenta que a agência não deve ser reduzida a uma simples reação a condicionantes estruturais, mas

entendida como um processo ativo em que os indivíduos interpretam criticamente suas experiências e formulam respostas estratégicas para alterar sua realidade.

Nesse sentido, as estudantes do IFBA demonstraram um alto grau de reflexividade ao reconhecerem as limitações institucionais no enfrentamento do assédio e, a partir disso, criarem alternativas como redes de apoio, espaços de escuta e campanhas de conscientização. A mobilização estudantil não foi apenas uma manifestação pontual contra casos específicos de assédio, mas um movimento contínuo que questionou a cultura institucional e propôs transformações estruturais. A criação de canais informais de denúncia, a realização de eventos para discutir a temática e a pressão para implementação de políticas institucionais evidenciam como a agência coletiva foi mobilizada para desafiar normas e práticas naturalizadas.

Além disso, a agência das estudantes esteve intrinsecamente ligada à sua capacidade de articulação em rede. Inspiradas por movimentos feministas e de enfrentamento à violência de gênero, as estudantes construíram estratégias que combinaram ações no espaço físico do campus com o uso de redes sociais para amplificar suas demandas. Essa atuação dialoga com a noção de agência coletiva proposta por Albert Bandura (2008), que enfatiza a importância da cooperação e da construção de laços de solidariedade na efetivação de mudanças sociais.

A capacidade das estudantes de transformar indignação em ação reflete um exercício contínuo de reflexividade e agência, rompendo com padrões de silenciamento e criando novas possibilidades de enfrentamento do assédio sexual dentro do IFBA. Na próxima seção, analiso a live "Roda de Conversa sobre Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual no IFBA", transmitida pelo canal institucional TV IFBA. O foco da análise será as falas das estudantes sobre as práticas de assédio e a forma como suas denúncias, inicialmente impulsionadas pelas redes sociais, se desdobraram em um debate institucional mais amplo. Além disso, discuto como essa mobilização estudantil, iniciada nos canais alternativos de denúncia no Twitter, foi determinante para pressionar a gestão do IFBA e contribuir para a formulação de normativas institucionais voltadas ao enfrentamento dessa violência.

ATIVISMO DIGITAL: DENÚNCIAS E PRESSÃO ESTUDANTIL

O contexto pandêmico e a emergência das denúncias online

Em 2020, a pandemia de COVID-19 exigiu mudanças drásticas nas rotinas e comportamentos sociais, afetando profundamente os ambientes acadêmicos. Como outras instituições de ensino, o Instituto Federal da Bahia (IFBA) suspendeu as aulas presenciais e migrou para o ensino remoto, mediado pela plataforma Google institucional. Esse período foi

marcado por desafios como a desigualdade no acesso à internet, dificuldades na manutenção da qualidade do ensino e o impacto do negacionismo científico.

Com a migração para o ensino remoto, as estudantes enfrentaram um paradoxo: embora estivessem fisicamente distantes dos campi, o assédio sexual se adaptou ao ambiente virtual, manifestando-se por meio de mensagens inapropriadas de professores, perseguições em grupos de trabalho online e outras violências digitais.

Nesse cenário, as redes sociais emergiram como espaços fundamentais de resistência, com destaque para os perfis @ifba_relatos (criado em junho de 2020) e @ExposedIfba (março de 2021), que rapidamente se tornaram arquivos vivos das violências sofridas. O primeiro, focado no campus de Barreiras, oferecia um canal sigiloso para denúncias, enquanto o segundo ampliou o escopo para outros campi, utilizando hashtags como #MeuProfessorAssediador para viralizar as demandas.

A atuação desses perfis articulou quatro dimensões complementares: a documentação sistemática de relatos anônimos, que mapeou padrões de assédio em múltiplos campi; a pressão política, com a viralização de hashtags que tornaram o problema incontornável; a criação de redes de apoio entre as vítimas; e a exposição da morosidade administrativa no tratamento dos casos. Essa mobilização digital culminou na realização da live "Roda de Conversa sobre Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual no IFBA" em julho de 2021, organizada pela Reitoria em resposta à pressão estudantil. Apesar da participação limitada – com Bianca Nascimento (Campus Salvador) e Vitória Bueno (Campus Barreiras) como representantes –, o evento revelou dados significativos: 58 relatos de assédio coletados via formulário online, com perfil majoritariamente feminino, negro e incluindo casos de LGBTQIA+, como o emblemático depoimento de uma aluna trans sobre a negação de seu nome social por uma professora.

Embora a live tenha representado um avanço na institucionalização da pauta, ela evidenciou limitações: a ausência de compromissos concretos, a participação restrita das estudantes e a morosidade nos processos disciplinares. No entanto, a mobilização nas redes sociais obteve vitórias importantes: tornou o assédio sexual uma pauta inadiável, criou um arquivo público de casos que serve como base para futuras pesquisas e ações, e preparou o terreno para as políticas implementadas entre 2021 e 2024. Essas conquistas, porém, não apagam o fato de que a mudança cultural enfrenta resistências profundas na estrutura institucional, como demonstram os relatos analisados na seção seguinte.

Nesse contexto, as redes sociais tornaram-se trincheiras de resistência, com dois perfis se destacando como arquivos vivos das violências, conforme tabela 1, abaixo:

Tabela 1 - Perfis estudantis de denúncia ao assédio no IFBA no Twitter (2020-2021)

PERFIL REDES SOCIAIS				
Perfil	Criação	Descrição	Segs	Hashtags Principais
@ifba_relatos	jun/20	"Relatar casos de assédio no IFBA/Barreiras. Garantimos sigilo total. Portal de denúncia: DM."	177	#TodosContraOAssedioNoIFBA
@ExposedIfba	mar/21	"Os assédios no IFBA vão durar até quando? Relatos de vítimas sobre assédio sofridos no IFBA."	73	#MeuProfessorAssediador #AssedioNoIFBA

Fonte: Dados coletados pela autora diretamente dos perfis @ifba_relatos e @ExposedIfba, em 25 de janeiro de 2025.

O perfil @ifba_relatos focou em divulgar casos de assédio no campus de Barreiras, oferecendo um canal seguro para denúncias anônimas. Já o @ExposedIfba ampliou essa mobilização, trazendo à tona relatos de outros campi e dando maior visibilidade ao problema. Utilizando hashtags como #TodosContraOAssedioNoIFBA e #MeuProfessorAssediador, esses perfis não apenas funcionaram como repositórios de denúncias, mas também fortaleceram a pressão pública sobre a administração do IFBA, tornando impossível ignorar o problema.

A atuação desses perfis revelou como as estudantes desafiaram a inércia institucional ao utilizar as redes sociais como ferramenta política e arquivo vivo das denúncias. Ao expor publicamente os casos, as vítimas conseguiram contornar a burocracia dos canais formais, muitas vezes ineficazes ou desacreditados. As postagens nesses perfis expuseram as diversas formas de assédio no IFBA, desde mensagens inapropriadas de professores durante as aulas remotas até perseguições em grupos de trabalho online. Esse processo demonstrou que, mesmo com a migração para o ensino remoto, o assédio persistiu e se adaptou às novas dinâmicas virtuais.

A Roda de Conversa sobre Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual no IFBA

A referida roda foi realizada em 7 de julho de 2021, como uma iniciativa da Reitoria em resposta à pressão crescente das estudantes após a ampla repercussão das denúncias de assédio nas redes sociais. O evento foi mediado por Indaiara Célia da Silva, chefe do Departamento de Ensino Técnico do IFBA, e visava garantir a participação de estudantes de diferentes campi. No entanto, apenas Bianca Nascimento (Campus Salvador) e Vitória Bueno (Campus Barreiras) participaram, representando as experiências vividas por estudantes, principalmente mulheres, de diferentes realidades institucionais.

Bianca Nascimento, egressa do curso técnico em Refrigeração e mestranda, abordou a questão a partir de sua trajetória no IFBA, enfatizando a necessidade de uma autocrítica institucional em relação às falhas no combate ao assédio. Ela destacou como a cultura organizacional da instituição historicamente negligenciou a proteção das vítimas. Já Vitória Bueno, estudante do curso técnico em Alimentos e integrante da comissão de combate ao assédio do Campus Barreiras, trouxe uma perspectiva prática sobre as dificuldades emocionais ao compilar os depoimentos das vítimas e cobrou respostas concretas da Reitoria e da sociedade para o problema.

Durante o evento, foi apresentado um levantamento realizado por meio de um formulário online (Google Forms) aplicado a alunos e alunas, com o objetivo de mapear a dimensão do problema. O levantamento obteve 58 respostas, distribuídas pelos campi Salvador (24), Camaçari (13), Barreiras (10), Seabra (9) e Jacobina (2). A faixa etária dos respondentes variou entre 15 e 23 anos, com a maioria se identificando como pessoas negras (pretos/pardos). Todos os participantes afirmaram ter vivenciado diretamente o assédio ou conhecerem vítimas dentro do ambiente institucional.

Esses dados foram apresentados durante a roda de conversa, evidenciando a recorrência do problema e reforçando a necessidade de políticas institucionais mais eficazes. A limitação na participação das representantes estudantis e a falta de respostas concretas por parte da gestão mostraram os desafios da institucionalização do debate, destacando a importância da mobilização autônoma das estudantes para que a pauta não fosse esquecida.

Os relatos coletados através do formulário online revelaram a complexidade das experiências de assédio no IFBA. As narrativas não se limitaram ao assédio sexual, mas também expuseram barreiras que dificultam as denúncias formais, como o medo de represálias, a descrença nos processos institucionais e a conivência de parte da administração. Entre os casos relatados, destacam-se episódios de professores que abusam de sua posição de poder para intimidar e manipular estudantes, funcionários que perseguem alunas, assédio em eventos esportivos e até violência física dentro dos campi. Além disso, as denúncias evidenciam como a violência de gênero afeta principalmente mulheres negras e estudantes LGBTQIA+, como no caso de uma aluna trans que teve sua identidade de gênero desrespeitada por uma professora durante as aulas remotas.

Esses relatos reforçam a urgência de ações institucionais mais assertivas para enfrentar o assédio sexual e outras formas de violência de gênero no IFBA.



METODOLOGIA: ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS VIOLÊNCIAS

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, utilizando a técnica de análise de conteúdo conforme proposta por Bardin (2011). A análise de conteúdo é definida como "um conjunto de instrumentos metodológicos aplicados a discursos diversos, visando à interpretação crítica dos significados latentes" (Bardin, 2011, p. 48). Com base nesse método, as violências relatadas pelos estudantes foram inicialmente organizadas a partir de três chaves analíticas prévias: estrutural, simbólica e relacional, fundamentadas no referencial teórico sobre assédio institucional. No entanto, a diversidade e a profundidade dos relatos exigiram uma reorganização categorial para capturar as complexas dinâmicas do cotidiano acadêmico. Como resultado, a análise foi subdividida em cinco eixos principais: 1) Assédio sexual (com subcategorias como favorecimento hierárquico e violência física); 2) Assédio moral (incluindo perseguição institucional e humilhação pública); 3) Cultura do estupro (naturalização e culpabilização); 4) Omissões institucionais (silenciamento e morosidade) e 5) Outras violências (violência física extrema e discriminação).

O corpus analítico do estudo é composto por oito relatos estudantis e um manifesto coletivo, coletados durante a "Roda de Conversa sobre Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual no IFBA", realizada em 07 de julho de 2021. O processo analítico seguiu três etapas principais, a saber; Pré-análise: Leitura flutuante dos relatos, com o objetivo de identificar temas recorrentes; Exploração do material: Codificação dos relatos com base nas categorias emergentes e Interpretação crítica: Triangulação entre os dados coletados, as teorias de gênero e poder e o contexto institucional do IFBA.

A categorização final, que pode ser visualizada na Tabela 2, revelou não apenas os padrões de violência, mas também os mecanismos de resistência, como a mobilização das estudantes nas redes sociais e a pressão por políticas públicas mais eficazes. Essa metodologia permitiu demonstrar como o assédio está intrinsecamente relacionado às estruturas do IFBA, afetando tanto a trajetória acadêmica individual quanto a cultura institucional como um todo.

Tabela 2: tipologia, definições e exemplos extraídos dos relatos estudantis (2021)

CATEGORIZAÇÃO DO ASSÉDIO E OUTRAS FORMAS VIOLÊNCIAS NO IFBA

1. ASSÉDIO SEXUAL

Subcategoria	Definição	Exemplo IFBA
Favorecimento sexual hierárquico	Troca de vantagens por contato sexual	<p>“Não é novidade para ninguém que um professor de sociologia namorou uma estudante do campus durante tempos” (Estudante A)</p> <p>Tinha um professor de Filosofia que tinha o costume de 'elogiar' as alunas com um sentido malicioso, sabe? Ele ficava comentando partes do nosso corpo... e ainda dizia que queria muito ter uma namorada 'daquele jeito'.” (Estudante E)</p> <p>"Professor de química [...] começou a assediar uma aluna, mandava mensagens, chegou a querer marcar encontro." (Estudante F)</p>





		"Tinha um funcionário do campus que queria se relacionar com uma aluna... ele constantemente parava ela no caminho e fazia comentários terríveis. (Estudante D)
		"(...)Um professor de inglês manda mensagens de duplo sentido e eróticas para alunos no Instagram, respondendo publicações dos mesmos." (Estudante A)
		"estamos cansadas (...) de professores mostrando o seu órgão genital e tocando nossos corpos sem consentimento." (Manifesto)
Assédio físico	Contato corporal não consentido	"ele me empurrou contra uma árvore e começou a me encostar, beijando meu pescoço..." (Estudante G)
		"O assediador se aproveitou do local lotado para passar a mão." (Estudante B)
Assédio verbal/ambiental	Comentários, piadas ou clima sexualizado	que tinha o costume de 'elogiar' as alunas com um sentido malicioso, sabe? Ele ficava comentando partes do nosso corpo (...) Ele fez isso comigo e com várias outras colegas. Era algo bem escancarado, não era só com uma aluna não."

2. ASSÉDIO MORAL

Subcategoria	Definição	Exemplo IFBA
Retaliação acadêmica	Uso de notas/frequência para punição	"Um professor de química parecia ser um professor super descolado, dessa forma teve uma boa relação com a turma e assim adicionou todos na rede social. Contudo, ele começou a assediar uma aluna... mandava mensagens para ela, chegou a querer marcar encontro, soltou piadinha na sala de aula em que todos entenderam que foi para ela." (Estudante F)
Perseguição institucional	Intimidação sistemática	"(...) e após o término, ele a perseguiu, ameaçou e utilizou sua figura influente para manipular o psicológico dela." Estudante A Ela ficou com tanto medo que passou a andar sempre acompanhada de um amigo. Aí teve um dia que o cara... ele jogou o carro em cima dela e do menino! Não sei qual era o intuito dele com aquilo, mas essa obsessão dele durou muito tempo." (Estudante D) Ele gritava com a gente, batia nas mesas e passou o ano inteiro me perseguindo, assim como outras colegas. Foram aulas de humilhação e ameaça constante." (Estudante C)
Humilhação pública	Exposição vexatória em contexto acadêmico	"Um professor me humilhou por ser proveniente de escola particular... afirmou que eu tinha roubado a vaga na instituição, me apelidando de 'pseudo burguês' e outras coisas. Além disso, falou que, caso eu denunciasse, eu seria reprovada porque ele 'mandava em tudo' e faria da minha vida escolar um inferno..." (Estudante C)

3. CULTURA DO ESTUPRO

Subcategoria	Definição	Exemplo IFBA
Culpabilização da vítima	Inversão de responsabilidade	"Nós, estudantes, estamos cansadas (...) de ouvir que 'nossa roupa desconcentra o assediador'." (Manifesto)
Naturalização da violência	Tratar assédio como "normal"	"Nós, estudantes, estamos cansadas de sermos assediadas em visitas técnicas (...) Nem queremos ouvir assobios, nem o adjetivo 'gostosa' – isso não é adjetivo! Não queremos sorrisos nem olhares maliciosos dos nossos assediadores." (Manifesto) "Muitas vezes a gente escolhe não frequentar aulas, corredores ou até prédios inteiros, só pra preservar nossa integridade física, psicológica e emocional." (Manifesto) "Pensamos várias e várias vezes em denunciar, porém era bem claro que se fizéssemos a denúncia, ele ia prejudicar toda a turma. E essa matéria é de peso, muitas pessoas não estavam aprovadas... dessa forma, infelizmente deixamos quieto para não prejudicar (a turma)." (Estudante E)

4. OMISSÕES INSTITUCIONAIS

Subcategoria	Definição	Exemplo IFBA
Cultura de silenciamento	Desestímulo a denúncias ou ausência de fluxos administrativos	"Pensamos várias e várias vezes em denunciar, porém era bem claro que se fizéssemos a denúncia, ele ia prejudicar toda a turma". (Estudante F)
Morosidade processual	Demora ou arquivamento de processos	"As provas existem, porém são destruídas." (Manifesto)

5. OUTRAS VIOLÊNCIAS

Subcategoria	Definição	Exemplo IFBA
Violência Física	Ataques físicos intencionais	Aí teve um dia que o cara... ele jogou o carro em cima dela e do menino! Não sei qual era o intuito dele com aquilo, mas essa obsessão dele durou muito tempo."
Discriminação institucional	Recusa de reconhecimento (gênero, raça etc.)	"Uma aluna do quarto ano, por se identificar como mulher transgênero, havia mudado seu nome. Porém uma professora não aceitava chamá-la pelo seu novo nome, pelo nome social... insistia no nome antigo." (Estudante H)

Fonte: Dados coletados pela autora diretamente da Roda de Conversa sobre Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual no IFBA,



ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Este estudo analisa 8 relatos individuais de estudantes (A, B, C, D, E, F, G, H) e Manifesto Estudantil (4 trechos), totalizando 12 fontes. A categorização dos dados revelou 22 ocorrências de violência, conforme demonstrado na Tabela 3.

Tabela 3: Incidência de Violência em Relatos Estudantis

Categoria	Qtidade	Porcentagem
Assédio Sexual	9	41%
Assédio Moral	5	23%
Cultura do Estupro	4	18%
Omissões Institucionais	2	9%
Outras formas de Violência	2	9%
Total de ocorrências:	22	100%

Fonte: Dados coletados pela autora a partir da análise da transcrição.

A análise de conteúdo dos relatos, categorizados por tipo de violência e interpretados à luz da epistemologia feminista sobre assédio em instituições de ensino, revelou padrões significativos. Utilizando o método de triangulação de dados, cruzamos as narrativas das vítimas com marcos teóricos, buscando convergências e dissonâncias.

A análise quantitativa evidenciou a predominância do assédio sexual, que correspondeu a 41% do total de ocorrências, com ênfase na modalidade de favorecimento sexual hierárquico (6 casos). Essa distribuição corrobora a teoria de Maria Ester de Freitas (2001) sobre a natureza estrutural do assédio, particularmente em profissões com forte hierarquia de gênero, como a docência.

Os depoimentos revelaram duas formas principais de manifestação do assédio: a objetificação corporal, visível em relatos de abordagens físicas não consentidas (Estudantes B, G) e comentários sexualizantes (Manifesto coletivo), e a coerção relacional, refletida em investidas amorosas inadequadas de docentes e funcionários (Estudantes A, E, F, D). Essas manifestações concretizam o que Freitas (2001, p. 13) descreve como situações de "alto risco institucional", em que a autoridade pedagógica é subvertida em capital sexual.

A naturalização dessas violências é um fenômeno observado, como evidenciado pela fala de Estudante A: "não é novidade para ninguém". Isso se alinha à violência simbólica descrita por Bourdieu (1998), que se enraiza na estrutura cotidiana da instituição. Sob a perspectiva de Goffman (1963), podemos entender esse processo como um estigma institucionalizado, em que o assédio sexual se torna um elemento previsível, reforçado por interações que minimizam sua gravidade.

A violência se estende para além da sala de aula, invadindo outros espaços como corredores, laboratórios e até redes sociais. O caso de um professor que enviava mensagens de duplo sentido e eróticas no Instagram (Estudante A) ilustra essa transposição para o ambiente digital. Goffman (1981) nos ajuda a entender como a tecnologia pode intensificar as relações de poder, ao permitir uma comunicação mediada, onde a vigilância e o assédio se tornam ainda mais difíceis de escapar.

Essa discrepância entre a teoria e a prática aponta para a urgência de políticas institucionais mais eficazes. Como Freitas (2001) alerta, a democratização dos espaços acadêmicos não elimina o machismo estrutural, mas o torna mais visível. O ambiente acadêmico, portanto, não é apenas palco para essas violências, mas também um local propício para sua desconstrução, desde que as vozes das vítimas sejam ouvidas e rompam com os silêncios impostos pela cultura do medo.

A perseguição institucional é um aspecto significativo nos relatos, associada ao medo e à retaliação por figuras de poder, o que impede denúncias e perpetua um ciclo de impunidade. Goffman (1963) oferece uma perspectiva útil, destacando como as interações cotidianas podem ser moldadas pelas estruturas de poder, com figuras de autoridade utilizando sua posição para controlar os estudantes. No entanto, Goffman também observa a agência dos indivíduos, que podem contestar práticas abusivas, rompendo com o consenso tácito que as legitima.

A perseguição institucional (n=3), presente nos relatos de Estudante A, C e D, vai além da repressão individual, refletindo uma estrutura organizacional que, ao ser contestada, pode gerar mudanças significativas. A análise desses comportamentos no ambiente acadêmico revela a necessidade de intervenções institucionais eficazes, capazes de criar espaços seguros e promover resistência ativa contra as dinâmicas de poder opressivas.

A teoria de Archer (2000) sobre a interação entre estrutura e agência também contribui para a compreensão da transformação social no ambiente acadêmico. Archer propõe que a estrutura social e a agência individual são distintas e interagem de forma contínua. No caso do assédio sexual no ambiente acadêmico, a estrutura patriarcal da instituição age como um condicionante, afetando a experiência das vítimas. No entanto, ao desafiar essa estrutura, as vítimas contribuem para transformá-la, promovendo novas práticas e normas culturais.

Em resposta às demandas da comunidade acadêmica e à pressão das estudantes, o IFBA implementou, entre 2021, ações concretas para enfrentar o assédio sexual. Dentre essas, destacam-se a criação da Comissão Multissetorial (Portarias nº 1.849/2021 e nº 2.270/2021), o desenvolvimento de materiais informativos como folders e cartilhas sobre o assédio sexual, e a Política Institucional em Construção, que culminou na criação da Política Interseccional de

Prevenção e Enfrentamento do Assédio Sexual e Moral, lançada em 2024. Embora essas ações representem avanços importantes, os desafios de implementação efetiva e mudança cultural ainda permanecem. A criação da Comissão Institucional de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual, em 2024, evidencia o compromisso da instituição com o enfrentamento contínuo dessas questões.

A AGÊNCIA ESTUDANTIL E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Este estudo evidenciou como a agência estudantil transformou a percepção do assédio sexual no IFBA de um problema individual em uma pauta coletiva e institucional. A análise dos relatos revelou não apenas casos isolados, mas padrões estruturais de violência de gênero enraizados na cultura acadêmica, conforme expresso nas falas das vítimas como "não é novidade para ninguém" e "estamos cansadas".

As redes sociais emergiram como ferramenta fundamental nesse processo, com perfis como @ifba_relatos e @ExposedIfba rompendo o isolamento das vítimas e criando uma narrativa coletiva de denúncia. Apesar da resposta institucional com a live de 2021 e políticas implementadas, a persistência dos relatos demonstra que o desafio transcende medidas formais, exigindo transformações profundas nas relações de poder institucionais.

As vozes reunidas nesta pesquisa mostram que a superação efetiva do assédio sexual demandará não apenas políticas no papel, mas uma reconstrução radical da cultura acadêmica - processo que depende da manutenção da mobilização estudantil e do constante diálogo entre vivências das vítimas e ações institucionais. O estudo reforça assim o potencial transformador da organização coletiva no enfrentamento às violências de gênero no espaço universitário.

O estudo da percepção das estudantes sobre o assédio sexual revelou, portanto, não apenas a gravidade do problema, mas também o potencial transformador da organização coletiva. As vozes reunidas nesta pesquisa mostram que a mudança real exigirá mais do que políticas no papel - demandará uma reconstrução radical das relações de poder no espaço acadêmico, processo que só será possível com a manutenção da pressão estudantil e a contínua valorização das percepções e experiências das vítimas. Esta conclusão aponta para a importância de novos estudos que acompanhem a evolução dessas percepções à medida que as políticas institucionais são implementadas, criando um diálogo permanente entre vivências estudantis e ações administrativas.

Referências

Livros e Capítulos de Livros

- ARCHER, Margaret Scotford. *Realismo e o problema da agência*. Estudos de Sociologia: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, Recife, v. 6, n. 2, p. 51-75, 2000. Tradução de Cynthia Hamlin. Revisão de Rosane Alencar.
- BANDURA, Albert. *A evolução da teoria social cognitiva*. In: BANDURA, A.; AZZI, R. G.; POLYDORO, S. A. J. (Orgs.). **Teoria Social Cognitiva: Conceitos Básicos**. Porto Alegre: Artmed, 2008. p. 15-41.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 4. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2017.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- BRITO, Sonia Maria de Souza. **Formação técnica, profissão professora: expressões identitárias das estudantes da ETFBA, na década de 1970**. 2018. 247 f. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2018.
- CUNHA, Luiz Antonio. **O ensino profissional da irradiação do industrialismo**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: FLACSO, 2000b.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2019.
- GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 13. ed. São Paulo: Loyola, 2019.
- GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Tradução de Maria Célia Santos Raposo. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- PACHECO, E. **Os Institutos Federais: Uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. 2011.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015 [2004].
- SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2019. p. 49-82.
- SILVA, Naiaranize Pinheiro da. **Movimento estudantil e participação política na Escola Técnica Federal da Bahia - ETFBA**. In: FARTES, Vera Lúcia Bueno; MOREIRA, Virlene Cardoso (Org.). **Cem anos de educação profissional no Brasil: História e memória do Instituto Federal da Bahia (1909-2009)**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 111-126.
- SAMPAIO, Romilson Lopes; ALMEIDA, Ana Rita Silva da. **Da Escola de Aprendizes Artífices ao Instituto Federal da Bahia: uma visão histórica da educação profissional**. In: FARTES, Vera Lúcia Bueno; MOREIRA, Virlene Cardoso (Org.). **Cem anos de educação**

profissional no Brasil: História e memória do Instituto Federal da Bahia (1909-2009). Salvador: EDUFBA, 2009. p. 15-28.

Legislação e Documentos Oficiais

BRASIL. **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**. Resolução nº 351, de 28 de outubro de 2020. Institui, no âmbito do Poder Judiciário, a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação. *Diário da Justiça Eletrônico: CNJ*, Brasília, DF, 3 nov. 2020. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/11/Resolucao-351-28-10-2020.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. **Art. 216-A**. Incluído pela Lei nº 10.224, de 15 de maio de 2001. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 maio 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 29 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 dez. 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Chamada Pública MEC/SETEC nº 001/2007**. 2007.

Documentos Institucionais e Fontes Digitais

INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA (IFBA). **Enfrentamento ao assédio sexual: documentos**. Salvador, 2021. Disponível em: https://portal.ifba.edu.br/acessoainformacao/enfrentamento_ao_assedio_documentos. Acesso em: 30 jul. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA (IFBA). **Roda de Conversa sobre Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual no IFBA**. 7 jul. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=59uqYio2TR0>. Acesso em: 25 jan. 2025.